

## Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade

Mônica da Silva Francisco<sup>1</sup>

### RESUMO

Por meio da articulação entre as teorias sobre o discurso sobre democracia racial e o racismo, o artigo discute o processo de formação do colorismo numa sociedade racializada como a brasileira em que o racismo é sistematicamente negado e o colorismo é utilizado como mecanismo de segregação de pessoas negras. Utilizamos como referencial teórico Munanga e Moore para reflexão sobre o conceito de raça e seus desdobramentos dentro do imaginário coletivo, uma vez que embora o conceito tenha caído em desuso nas ciências naturais, encontra reflexo na cultura em que a raça é utilizada como elemento distintivo entre os grupos.

**Palavra -chave:** racismo, colorismo, democracia racial

### ABSTRACT

Through the articulation between theories about the discourse on racial democracy and racism, the article discusses the process of the formation of colorism in a racialized society such as the Brazilian one in which racism is systematically denied and colorism is used as a mechanism of segregation of people black We use as a theoretical reference Munanga and Moore for reflection on the concept of race and its unfolding within the collective imaginary, since although the concept has a disuse in the natural sciences, it finds reflection in the culture in which the race is used as a distinctive element between the groups.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil de 2018, a temática racismo ganha novas proporções em que a vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro para o cargo de Presidente da República traz à tona uma série de discursos sobre os negros, seu papel na cultura brasileira e origens africanas numa tentativa de revisionismo histórico, sem bases teóricas mas que

---

<sup>1</sup> UFRRJ- PPGEDUC- Agência financiadora: CAPES

possuem grande visibilidade devido a grande popularidade do eleito somadas a falta de conhecimento sobre a história afro-brasileira da maioria da população brasileira.

O êxito do candidato nas eleições cria um cenário propício para a discussão sobre o papel das relações étnico-raciais na contemporaneidade e como esse conteúdo impacta a vida de todos os habitantes, uma vez compreendida que o racismo e a colonialidade são elementos estruturantes do país atribuindo aos indivíduos os espaços que determinados sujeitos devem ocupar, retirando do negro “o reconhecimento de determinadas pretensões da identidade” (HONNETH, 2003, p. 214).

O tema racismo e seus desdobramentos nas sociedades contemporâneas provocam muitas discussões, no Brasil país que adotou como prática a negação do racismo, presente no livro *Casa Grande Senzala* (1933) de Gilberto Freyre considerado um dos mais importantes pensadores do pensamento social brasileiro. Bernadino afirma que

O mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de *Casa-grande & senzala*, mas ganhou através dessa obra, sistematização e status científico (...). Tal mito tem o seu nascimento quando estabelece uma ordem, pelo menos do ponto vista do direito, livre e minimamente igualitária.” (BERNARDINO, 2002, p.251).

Segundo o pesquisador, o livro de Freyre teve o papel de divulgar as teorias raciais que negavam as tensões que existentes no período escravocrata, romantizando as práticas escravistas dos senhores dos engenhos e suas esposas em relação ao homem e a mulher preta ao mesmo tempo que contribuiu para o apagamento da presença e resistência negra na historiografia brasileira.

Embora a obra freyreiana pretendesse mostrar o Brasil “como uma civilização original, onde a miscigenação lançou as bases de um novo modelo de convivência entre raças, tendendo a neutralizar espontaneamente conflitos e diferenças” (CARVALHO, O., 2000). Na concepção de Freyre o término da escravidão e o crescente processo de miscigenação, propagado pelo governo brasileiro, teriam lançado as bases para o arrefecimento do racismo e das desigualdades sociais e raciais, criando uma harmonia étnica e cultural.

Essa utopia criada pelo autor foi contestada por Abdias do Nascimento com a publicação do livro *O genocídio do negro brasileiro* processo de um racismo mascarado

publicado em 1978, nele o autor desmente a falácia de Freyre e mostra com dados e estatísticas o processo de genocídio do negro na sociedade brasileira. Nascimento (1977) pondera que desde a Abolição o processo de exclusão foi intensificado, pois o negro foi retirado do trabalho e lançado as periferias da cidade, essa realidade contribuiu para o que o pesquisador nomeia de genocídio insidioso “que se processa dentro do mundo dos brancos, sobre a total insensibilidade das forças políticas que se mobilizaram para combater outras formas de genocídio”.

## INTRODUÇÃO

Segundos dados do Censo 2017, houve um aumento de 14,9 na declaração de cor preta registrada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), concomitante aumentou o número de pessoas que se autodeclararam pardos, de modo que a população parda equivale a (46,7%), os pretos 8,2% e os brancos 44,2 % em uma nação de 205,5 habitantes. O IBGE utiliza como norma a classificação negros para a somatória dos que se reconhecem como pretos e pardos, perfazendo o total 52, 9 % da população brasileira. No artigo “O Sistema Classificatório de "Cor ou Raça", o pesquisador Osório ( 2003 ) afirma que existem similaridades na situação sócio econômica entre pretos e pardos e que a marca da negritude presente nos dois grupos, afasta-os dos padrões das pessoas brancas. Pesquisas mais recentes apontam que pessoas consideradas pretas tem mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ocupando postos de baixa escolaridade e qualificação

O aumento de pessoas autodeclaradas pardas, denota a força da mestiçagem dentro da sociedade brasileira, o pesquisador Kabengele Munanga no livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* afirma que,

a mestiçagem, como articulada no pensamento brasileiro entre o fim do século XIX e meados deste século, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural) desembocaria numa sociedade inicial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco, ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas perspectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos 'stocks' raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termo de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural." (MUNANGA p.151)

Sobre essa hipótese Carneiro (2011) pondera:

Vem desde os tempos da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento. Aqui, aprendemos a não saber o que somos e sobretudo o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como uma carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém descendente de negros, se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é todos fazermos de conta que acreditamos. (CARNEIRO, 2011,p.64)

No discurso da pesquisadora fica claro a existência de uma política de valorização da miscigenação muito forte advinda desde do período escravagista, essa política visava o embranquecimento da população. Nascimento (2016) afirma que havia por parte do governo brasileiro uma facilitação da entrada de imigrantes brancos no país, ao mesmo que havia leis que proibiam a entrada de “indivíduos humanos das raças da cor preta”. O pesquisador assevera que havia por parte do governo um projeto político de embranquecimento da população visando o desaparecimento da população negra, havendo projeções para que no ano de 2012 não existisse população negra e nem mestiça.

Mesmo considerado superior ao negro devido a parte de descendência ser branca, Nascimento (2016) observa:

Situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante. Durante a escravidão, ele foi o capitão do mato, feitor e usado noutras esferas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como “símbolo de nossa democracia racial”. Nele se concentraram as esperanças de conjurar a “ameaça racial” representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escala da branquidade sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil.(NASCIMENTO, 2016, p.87)

## O ESTADO DA ARTE DA PESQUISA NO BRASIL

No âmbito da pesquisa em Educação e relações étnico-raciais no Brasil, são raros os estudos sobre colorismo, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) encontramos a dissertação de

mestrado Colorismo e reconhecimento: aspectos da construção identitária dos pardos e mestiços no contexto brasileiro de Luiza Abrãao da Silva que analisa as relações de poder que a branquitude impõe ao classificar os povos negros de acordo com seus padrões sociais.

Foram encontrado o artigo *Mídia e Sociedade: Leituras pigmentocráticas acerca da construção da história e notícia* publicado nos anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste que discute a noção de racialidade imposta pela mídia ao rotular os praticantes de pequenos e grandes crimes. O texto comprova por meio de imagens, que os crimes praticados por negros e brancos possuem uma classificação gramatical diferenciada em que são utilizados termos como jovens, jovem de classe média, estudantes para designar sujeitos brancos que praticaram crimes e palavras como traficantes, bandidos, meliantes para indivíduos de pele negra que cometeram os mesmos delitos. O texto destaca a parcialidade da mídia ao construir pautas tendenciosas que visam à criminalização dos povos negros e analisando o papel da mídia no Brasil no tocante a forma de caracterização dos negros e brancos.

Sobre a maneira com que os negros são retratados nas mídias, Carneiro (2004) observa:

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade. Assim, para os publicitários, por exemplo, basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito e valorização da diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão racial das minorias. Um negro ou japonês solitários em uma propaganda povoada de brancos representam o conjunto de suas coletividades. Afinal, negro e japonês são todos iguais, não é?. (CARNEIRO, 2004,p.2)

O discurso da pesquisadora mostra o poder que o racismo detêm na formação do imaginário das pessoas, no sentido de enquadrar sujeitos a diferentes narrativas de acordo com seu tom de pele.

Outro artigo encontrado foi **O colorismo e suas bases históricas discriminatórias** publicado na revista Unifacs, nele a autora faz uma percurso histórico sobre o colorismo no Brasil citando fatos históricos sobre a história brasileira e a

construção da identidade nacional em que a negação do racismo, presente no discurso político contemporâneo brasileira de todas as esferas políticas sufoca a importância da discussão sobre o colorismo e suas especificidades.

O texto **Pigmentocracia e a experiência do preterimento na homossexualidade negra** publicado nos Cadernos de Linguagem e Sociedade da Universidade de Brasília (UNB) faz uma análise das relações afetivas dos homossexuais negros, investigando o quanto o grau de melanina impacta nas relações afetivas dos sujeitos negros gays o texto discute também as questões de gênero que devido ao curto espaço do texto não serão abordadas.

Embora a pesquisa sobre colorismo no Brasil ainda seja incipiente, como mostrado pela pouca quantidade de material existente tanto no Banco de Teses da Capes quanto no site da Scientific Electronic Library Online (SCIELO) onde não encontrei nada referente a essa temática que mostram a existência de uma lacuna sobre esse tema dentro das pesquisas de relações étnico-raciais. Essa ausência nos motiva a tecer algumas reflexões sobre o tema e suas imbricações com o racismo que possam fomentar a produção de mais estudos sobre essa

### **O surgimento do termo colorismo/ pigmentocracia**

Ainda que no Brasil haja pouco conhecimento sobre o tema colorismo, sendo mais restrito aos vídeos de youtubers negros e em entrevistas jornalísticas veiculadas nas mídias negras, nos Estados Unidos da América existe uma literatura vasta sobre o tema e a discussão é feita enfocando vários aspectos como o papel da indústria cultural, questões de gênero e seus desdobramentos nas políticas sociais.

O termo colorismo ou pigmentocracia foi desenvolvido por Alice Walker, no ensaio “If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?”, imprimido no livro “In Search of Our Mothers’ Garden” em 1982.

Segundo o Oxford Dictionaries nomeia “um sistema de distinção social ou de classe baseado na cor da pele; uma sociedade baseada em tal sistema; o grupo dominante em tal sociedade”. Na concepção de Sales (2017) os nomeados negros são oriundos de diversas populações de diversos territórios da África apresentado variados fenótipos, culturas

O colorismo de alguma forma expressa essas diferentes dinâmicas. É a ideia de que não estamos falando de uma oposição entre os sem cor e os de cor, mas na verdade de um processo de contraste e diferenciação que utiliza esses critérios como forma de hierarquização social, e que

não é linear.( SALES, 2017,p. 3)

Na concepção de Devulsky(2018)

o colorismo está baseado na ideia de que existe um fenótipo (isto é, um conjunto de características físicas) normalizado: o europeu. O ideal, segundo essa lógica, é ser alto, ter a pele clara e os traços que remetem à "raça ariana". "Quanto mais próximo se chega disso, maior a percepção de competência e beleza dessa pessoa",

Não se trata de uma "disputa" sobre quais são as opressões mais profundas, mas de "entender de que modo o racismo penetra nas nossas vidas, nas relações interpessoais, e como isso se constrói historicamente". (DEVULSKY, 2018)

Harris (2008) pondera que:

Mais especificamente, a "ocracia" na pigmentocracia traz consigo noções de valor hierárquico que os espectadores colocam em tais tons de pele. Tons de pele mais claros são, portanto, mais valorizados do que tons de pele mais escuros. Tais preferências têm implicações sociais, econômicas e políticas, já que pessoas de tons de pele mais claros eram frequentemente - e estereotipicamente - vistas como mais inteligentes, talentosas e socialmente graciosas do que suas contrapartes negras mais escuras. Negros mais escuros eram vistos como não atraentes, de fato feios e geralmente considerados de menor valor. Os padrões europeus de beleza dominaram um povo africano durante a maior parte.(HARRIS, 2008, p.32)

No discurso de Sales, Devulsky, Harris estão explícitos que o colorismo implica na maneira como o racismo enquanto estrutura de poder permite uma maior aproximação de alguns indivíduos com o a branquidade, de acordo com demandas capitalistas que demandam "quem pode colaborar e gozar de determinados benefícios sociais e quem não pode" (DEVULSKY, 2018) e ao mesmo que possam atender o discurso de diversidade étnica. Como afirma Munanga,

A maior parte da população afro-brasileira vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o "passing" que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizam os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletiva (MUNANGA, 2004, p. 96).

Ainda que no Brasil, essa temática seja pouca discutida percebemos que assim como nos Estados Unidos o colorismo apresenta interseccionalidade com as questões de gênero, uma vez que homens e mulheres negros são representados de maneiras diferentes no tocante a pigmentação de sua pele. Nas mídias a mulher negra de pele mais escura é sempre mostrada em empregos de pouca ou baixa escolaridade, enquanto a mulher negra de pele mais clara é apresentada como mais dócil e educada.

Em abril de 2018, Dona Ivone Lara, considerada uma das mais importantes sambistas do Brasil, faleceu. Sua morte lamentada por toda a comunidade negra e sambista abriu a possibilidade de um musical intitulado “Dona Ivone Lara – Um Sorriso Negro – O Musical!” para qual a cantora Fabiana Cozza foi convidada. O convite para que uma mulher negra de pele clara, lida socialmente como branca, performar uma negra de pele escura.

Oliveira (2016) sobre a importância de Dona Ivone Lara no cenário artístico nacional do samba.

Ela foi a primeira mulher a participar da ala de compositores de uma escola de samba, a Império Serrano, no Rio de Janeiro, ao final de 1960. Sua importância extrapola os 'locais de samba', e ela alcança respeito enquanto compositora e instrumentista na chamada MPB.(2016, p.3)

A pesquisadora (2016) endossa que “a abertura do samba para a participação das mulheres, principalmente negras, continua difícil e, embora sempre haja nomes em destaque, como Mariene de Castro, Fabiana Cozza e Teresa Cristina, ainda temos muito pouco”. O discurso da estudiosa reforça a existência de uma lacuna na representação de mulheres de pele escura, dentro do mundo do cenário musical brasileiro.

O espetáculo abriu espaço para a discussão sobre o clareamento de pessoas negras de pele escura pela mídia com o consequente apagamento de suas experiências culturais, políticas, econômicas e o aumento da marginalização socioeconômica uma vez que os negros de pele retinta tem mais dificuldade de acessar os instrumentos de mobilidade social.

Um estudo sobre a representação que a mídia faz dos grupos negros e das maneiras de subalternização de seus corpos é fundamental para a compreensão do colorismo enquanto mecanismo do racismo, uma vez que no Brasil conceitos muito



antigos como higienização que tem uma aproximação com os ideais do branqueamento propostos desde os primórdios da colonização.

### **Discursos sobre raça e racismo.**

A compreensão da dinâmica do racismo e da prevalência do colorismo na sociedade brasileira, dá-se por meio dos variados processos de mestiçagem presentes no país desde a colonização, como mencionamos anteriormente no texto, a mestiçagem foi utilizada como política pública no país como forma de erradicação da população negra.

No texto **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia** o Prof. Kabengele Munanga (2003) explica que o conceito de raça foi utilizado para classificação dos seres humanos a partir do século XVIII, de cores diferentes, em que a concentração de melanina presente na pele, o tipo de cabelo e a cor e o formato dos olhos categorizaria a raça que seria atribuída ao indivíduo, no século XIX foi somada a classificação o formato do nariz, dos lábios e do queixo para refinação dos métodos de pesquisa e finalmente no século XX com o avanço da Genética Humana o sangue passa a ser utilizado como instrumento de determinação racial. Com a sofisticação das análises os estudiosos chegaram a conclusão que “de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.

Munanga (1986) reitera “podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação[...]”. O uso do conceito de raça desenvolvido pelas ciências embora tenha caído em desuso, serve na atualidade assim como no passado como um instrumento de violências baseado na superioridade intelectual e física do povo branco em detrimento dos povos negros, indígenas, asiáticos que sofreram espoliações, roubos, estupros por meio da colonização.

O conhecimento do termo raça, é importante para a compreensão da dinâmica do racismo na sociedade. No livro **O racismo através da história: da Antiguidade a Modernidade** o pesquisador defende que as origens do racismo estão presentes desde a Antiguidade, baseando-se no fenótipo, Moore (2007) enfatiza que “é o fenótipo que

serve de linha de demarcação entre os grupos raciais, e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações “raciais”. O estudioso reitera,

Racismo é sistema de poder. Os negros não tem poder em nenhum lugar no mundo. Mesmo na África, são os brancos que mandam e se os dirigentes se opõem são assassinatos. O negro não tem poder de ser racista em nenhum lugar, mesmo se fosse possível. Racismo negro não é nem possível porque os negros não podem reinventar a história. O racismo surgiu uma vez só. (MOORE, 2017, p.16)

Na abordagem do tema racismo, Moore vai no ponto central da questão analisando as estruturas de poder da sociedade mundial, em o negro se encontra na periferia do poder ao mesmo tempo que abre uma interpretação histórica sobre o fato indo nas origens dos acontecimentos até sua dimensão na atualidade, que mantém como constante a presença do fenótipo negro. O pesquisador Cunha Junior(2001) afirma,

O racismo antinegro na sociedade é um dos fatores estruturais que condiciona parte da formação da existência da população negra. Não é o único fator, mas é um dos fatores que todos nós temos em comum. Na sociedade brasileira, conscientes ou não do racismo antinegro, todos os seres negros vivem na sua formação na sociedade as consequências do racismo. Fatores culturais, educacionais, de moradia e de condições de vida e de relações sociais, profissionais, regionais e ambientais também compõe a identidade. No meio urbano os bairros negros condicionam em grande proporção a formação da identidade da população negra. A identidade é formada e transformada no ciclo de vida, na relação tempo e espaço, processando as vivências dos indivíduos e tendo o meio cultural constituindo parte do processo onde absorvemos a cultura de maneira consciente e também inconsciente.(CUNHA JUNIOR, 2001,p.6)

O estudioso apresenta um panorama da situação da população negra, em que o racismo é a estrutura dorsal da sociedade brasileira que condiciona os povos negros, principalmente os de pele mais escuros relegados a pobreza, fome, miséria e desemprego moldando seus espaços físicos mais precarizados como apontam várias pesquisas de órgãos públicos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicada ( IPEA).

Retomando a importância do fenótipo como marcador nomeado por Nogueira (1998) como preconceito de marca e de origem. O autor fala que no Brasil diferente dos Estados Unidos uma única gota de sangue torna a pessoa negra, independente do tom de pele que ela tenha, indivíduos pardos considerados brancos aqui no Brasil, seriam

enquadrados como negros, considerado preconceito de origem. Onde o preconceito é de marca, como no Brasil, o limiar entre o tipo que

se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem. (NOGUEIRA, 1998, p.6)

O autor no texto mostra um panorama das relações raciais do Brasil e dos Estados Unidos, países culturalmente racistas que lidam com o racismo de forma bastante diferenciada, enquanto no Brasil existe uma negação do racismo por parte do governo e de setores considerados progressistas, nos Estados Unidos assim como no Brasil houveram políticas racialistas que implementadas com mais sucesso que no Brasil não permitiram o crescimento da população afrodescendente por meio da miscigenação.

### **Considerações Finais**

O presente texto apresentou alguns dos discursos presentes sobre o colorismo na contemporaneidade e da relevância de seu estudo para a maior compreensão das relações raciais no Brasil, em que as políticas racialistas do passado que visavam a diminuição dos povos negros e pardos no país não tiveram sucesso, mas continuam relegando a população negra a pobreza.

No tocante a pobreza, a negação do racismo, comum nos países latino-americanos é utilizada como mecanismo de manutenção do poder da população branca ao mesmo tempo que dificulta a mobilidade social dos grupos negros. Essa dificuldade se dá por meio da discriminação racial que utilizada como mecanismo da branquitude atribui valores diferenciados a indivíduos de descendência negra em que a gradação de cores presentes na negritude servem ao racismo como instrumento de desvalorização quanto maior sua aproximação com a raça negra.

A discussão desse tema é importante para pensar nos papéis de diversos sujeitos negros dentro da estrutura racista, “uma vez que se estamos pensando um Brasil mais

justo, talvez o primeiro passo seria a educação. Ora, a formação de uma sociedade passa e depende de um projeto pedagógico educacional” (MORAES, 2015p. 147)

### Referências

BERNARDINO, Joaze. “Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil”. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKAEMPREENDEMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (orgs.). *racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo. Editora Sumus, 2004.

CARVALHO, Mario Cesar. “Céu & inferno de Gilberto Freyre”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de março de 2000.

FREYRE, Gilberto. “Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”. São Paulo: Global, 2006.

HARRIS, Trudier. “Pigmentocracy.” *Freedom’s Story*, TeacherServe©. National Humanities Center. DATE YOU ACESSEDESSAY Disponível em: <http://nationalhumanitiescenter.org/tserve/freedom/1865-1917/essays/pigmentocracy.htm>. Acesso em 11 de outubro de 2018.

HONNETH, A. 2003b. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: ed. 34.

MORAES, Marcelo. A força de Leci Brandão. In. SILVA, Wallace Lopes (org). *Sambo, logo, penso: afroperspectivas filosóficas para pensar o samba*. Rio de Janeiro: Hexis: Fundação Biblioteca Nacional, 2015

MOORE, Carlos Wedderburn. *O Racismo Através da História: da antiguidade à modernidade*. 2007. Disponível em: <[http://www.ipeafro.org.br/10\\_afro\\_em\\_foco/index.htm](http://www.ipeafro.org.br/10_afro_em_foco/index.htm)>. Acesso em: 15 out 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade negra versus identidade nacional*. Belo Horizonte. Autêntica; 2004. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. Anais... Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:

